



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

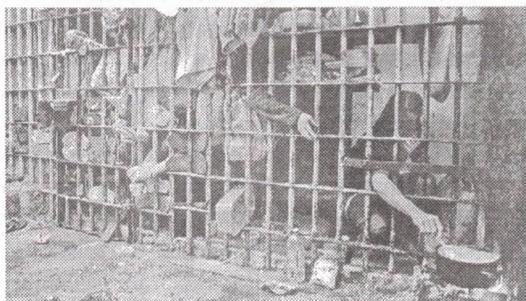
MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 323 - DE 25 DE JULHO A 07 DE AGOSTO DE 2006 - R\$ 1,50

Resolução do POR sobre as eleições: VOTO NULO PROGRAMÁTICO DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES

**A campanha da frente de esquerda é
uma reedição do reformismo petista**

Estatuto da Igualdade Racial: como combater a discriminação?



**Ataques e repressão:
sintomas do capitalismo
em decomposição**

**Israel massacra
palestinos e libaneses,
sob aval dos EUA.**

**Governo Lula se submete
ao imperialismo**



NEM 16,67%, NEM 5%.

Salário mínimo vital para todos os aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa

Acordo entre o governo Lula / PT e as direções sindicais burocráticas

O governo Lula / PT e as direções pelegas das centrais sindicais (principalmente da CUT e da Força Sindical) fecharam, em abril, o acordo sobre o reajuste nos benefícios de aproximadamente 8,2 milhões de aposentados e pensionistas que recebem acima de um salário mínimo. Pelo acordo, eles passam a receber míseros 5% de aumento, válido para o mês de abril e mais outras migalhas, tais como:

- adiantamento da primeira parcela do 13 salário para setembro (normalmente pago integralmente em dezembro) e para julho, no ano que vem;
- desconto de 90% para os remédios usados no tratamento para diabetes hipertensão e venda de 95% daqueles de uso constante nas farmácias populares (cesta básica de medicamentos);
- passagens gratuitas em viagens (2 por veículo) e com desconto de 50% (para 30% dos lugares, por veículo);
- reserva de 5% dos imóveis em conjuntos populares para idosos (depende de regulamentação), conforme está previsto no Estatuto do Idoso.

De acordo com o próprio governo, nem todos os aposentados e pensionistas receberão exatamente 5% de reajuste. Só aqueles que estão aposentados desde maio de 2005, os que se aposentaram depois terão um reajuste menor. Quem se aposentou em março deste ano, por exemplo, receberá 2,007%.

O jogo parlamentar

Apesar das medidas acordadas já estarem em vigor desde abril, a regulamentação delas por meio de Medidas Provisórias está pendente. Na MP 288, que instituiu o reajuste de 16,67% para o salário mínimo, parlamentares acrescentaram emendas estendendo este índice aos aposentados e pensionistas que ganham mais de um mínimo. Na MP 291, que define o reajuste destes aposentados e pensionistas, também incluíram emendas para elevar o reajuste de 5% para 16,67%.

A MP 288 foi aprovada no Congresso. Mas, Lula vetou. Retou a MP 291, a qual não foi aprovada até agora na Câmara por falta de acordo entre o governo e a oposição burguesa. Esta última reivindica votação nominal dos deputados, para comprometer o PT no Congresso e, depois, no Executivo. O PT, por sua vez, não tem comparecido com todos os parlamentares às votações para, por falta de quórum, inviabilizá-las.

Os aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo

O veto do governo ao reajuste de 16,67% nos benefícios dos aposentados e pensionistas teve como justificativa o fato de: a) não estar prevista esta despesa no orçamento de 2006; b) gerar um custo adicional no caixa do INSS, de R\$ 7 bilhões e c) os 5% de reajuste ser fruto de negociações entre o governo e as centrais sindicais e os "aposentados".

Observando o quadro abaixo, a maioria recebe 1 salário mínimo. Logo abaixo, estão os que recebem até 2 mínimos, isto é, R\$ 700,00 que, com o "reajuste", ficará em R\$ 735,00. Veja tabela abaixo.

Quantidade de pessoas	Perc. em relação ao total de aposentados e pensionistas	Salários mínimos recebidos	Valor correspondente
546.700	2,3%	menos de 1	menos de R\$ 350,00
5.700.000	65,5%	exatamente 1	exatamente R\$ 350,00
3.077.430	12,8%	de 1 a 2	entre R\$ 350,00 e R\$ 700,00
1.703.100	7,1%	de 2 a 3	entre R\$ 700,00 e R\$ 1.050,00
1.282.900	5,4%	de 3 a 4	entre R\$ 1.050,00 e R\$ 1.400,00
881.300	3,7%	de 4 a 5	entre R\$ 1.400,00 e R\$ 1.750,00
596.400	2,5%	de 5 a 6	entre R\$ 1.750,00 e R\$ 2.100,00
142.200	0,6%	de 6 a 7	entre R\$ 2.100,00 e R\$ 2.450,00
15.500	0,1%	de 7 a 8	entre R\$ 2.450,00 e R\$ 2.800,00
13.000	0,1%	mais de 8	mais de R\$ 2.800,00

Fonte: Ministério da Previdência Social. Junho de 2006 (Dados relativos ao mês de maio).

Como podemos ver, apenas uma ultra-minoria ganha de 6 a 8 salários mínimos ou mais que isso.

O problema é que a maioria daqueles que têm 60 anos de idade é responsável pelo pagamento das despesas de casa e suas aposentadorias representam 85% de seus rendimentos. Portanto, uma esmagadora parcela de aposentados têm de arcar com a sua sobrevivência e de sua família com um benefício miserável.

A demagogia da burocracia sindical

Desde janeiro, as direções sindicais defenderam que os aposentados e pensionistas que ganham mais de um salário mínimo tivessem "os mesmos direitos dos outros trabalhadores". Ou seja, reajuste de 16,67% e com antecipação para abril, alegando que seus benefícios estão se desvalorizando nos últimos anos.

O vice-presidente da diretista Força Sindical, Eleno José Bezerra, afirmou que: "Enquanto os aposentados que ganham o mínimo tiveram reajustes de 98,68% em cinco anos, os que ganham um pouco mais tiveram os benefícios reajustados em 56,64%". Para a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap) as perdas no valor dos benefícios estão em torno de 50% e será em 6 anos que 80% dos aposentados estarão recebendo o salário mínimo se o governo mantiver sua "política de desvalorização". Alega também que, nos últimos 10 anos, o salário mínimo aumentou em 250,81% e as aposentadorias em 136,17%.

Finalmente, há a explicação de que, cerca de 3 milhões de aposentados que ganhavam um pouco acima do antigo piso de R\$ 300,00, passaram a receber o mínimo de R\$ 350,00 por conta do "achatamento dos valores dos benefícios".

Trata-se de uma burocracia sindical demagoga, porque são traidores dos interesses dos trabalhadores. Em palavras denunciam, mas na prática conciliam com o governo.

Os míseros reajustes que os governos concederam aos aposentados e pensionistas

Na verdade, os reajustes que vêm sendo dados para todos

os trabalhadores, sejam da ativa, sejam aposentados e os pensionistas, que ganham menos ou mais de um mínimo têm contribuído com o “achatamento” de seus salários / benefícios. Porém, de um lado, esses índices foram negociados com o governo, isto é, aceito pelas direções sindicais pelegas e, de outro lado, a saída para este problema não está em contrapor o aumento do salário mínimo ao das aposentadorias acima do mínimo. Somente o estabelecimento do salário mínimo vital para todos poderá superar estas “distorções”.

Quais têm sido os reajustes dados pelos governos? Os dados mostram que, além de baixos, há uma similaridade entre os aumentos dados por FHC e Lula. Ambos deram aumento maior no primeiro ano de governo, mas, no geral, sempre abaixo do próprio INPC que deveriam repor. Isso significa que o segundo deu continuidade à política de redução de gastos do primeiro. Vejamos.

	ANO	REAJUSTE (em %)	VARIAÇÃO DO INPC (em %)	REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO (em %)
GOVERNO FHC	1996	15	18.22	12
	1997	7.76	8.32	7.14
	1998	4.81	4.75	8.33
	1999	4.61	3.19	4.62
	2000	5.81	5.34	11.03
	2001	7.66	7.73	19.20
	2002	9.2	9.03	11.11
GOVERNO LULA	2003	19.71	20.44	20
	2004	4.53	4.99	8.33
	2005	6.35	6.61	15.38
	2006	5	3.7	16.67

Conduta do governo no processo de negociação do reajuste.

Desde o começo, o governo deixou claro que não daria o mesmo aumento, de 16,67%, para todos os aposentados, queria apenas conceder um pouco mais que a inflação do período (INPC acumulado de maio de 2005 a abril de 2006), de 3,14%. Mas, em ano eleitoral, precisava, como é próprio dos populistas, valorizar sua proposta. Daí ter brincado com os índices (entre 4% e 5,5%) e com o mês de validade do reajuste (ora abril, ora maio). Anunciou menos de 5% para abril, 5% para maio, 4 a 4,5% para abril e acabou fechando em 5%.

A antecipação do reajuste para abril só ocorreu porque não queria ter o desgaste jurídico, já que a lei determina reajuste dos benefícios na mesma data de aumento do salário mínimo. Ao mesmo tempo, valeu-se da lei para chantagear os aposentados e pensionistas, já que obrigatoriamente teria que dar apenas os 3,7% de INPC. Finalmente, jogou com o tempo: adiou a definição do índice de reajuste de janeiro para fevereiro, de fevereiro para março e de março para abril; levando quase 4 meses para anunciar o que estava decidido desde janeiro.

O caráter burguês do governo Lula vem à tona neste processo de negociação em que privilegiou a “responsabilidade fiscal” e a redução de gastos concedendo migalhas aos trabalhadores. Chamou atenção, no entanto, o fato de gabar-se de poder conceder este “aumento”, porque havia economizado R\$ 1,3 bilhão com a suspensão de aproximadamente 240 mil benefícios, considerados “irregulares” na primeira fase do Censo Previdenciário. Fica claro que a política do PT é de ataque aos trabalhadores e de proteção aos banqueiros nacionais e interna-

cionais, para os quais paga a dívida externa adiantada.

A conduta traidora da burocracia sindical

As direções sindicais pelegas enfatizaram a defesa dos 16,67% com antecipação para abril. Confundiam essa defesa com a recuperação do poder de compra dos aposentados e pensionistas, mesmo sabendo que tal índice não pode dar conta das perdas dos benefícios. A defesa dos “mesmos direitos” dos outros trabalhadores e aposentados que ganham um salário mínimo não passou de uma farsa. Consistiu em um disfarce às suas posições colaboracionistas. A direção da CUT e dos sindicatos a ela ligados precisa agir assim porque é governista. A direção da Força Sindical e dos seus sindicatos porque são de oposição de direita, isto é, criticam o governo, mas defendem a manutenção da ordem capitalista, o que significa aplicar as diretrizes neoliberais.

Veja ou outra, essas direções deixavam transparecer seu interesse em rebaixar as reivindicações. O Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, em janeiro, já falava em aceitar um índice menor que, paradoxalmente, recuperasse o poder de compra dos aposentados “na média”. Propôs o escalonamento do reajuste, com aumento maior para quem ganha menos. O Sindicato dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da CUT, por sua vez, na véspera da negociação de abril, propunha algo semelhante: 16,67% para os primeiros R\$ 300,00 do benefício e correção de 4% no valor restante. Exemplo: uma aposentadoria de R\$ 600,00 teria aumento de 10,34%, ficando em R\$ 662,00.

Foram as próprias direções sindicais que construíram o pacote de medidas, que permitiu ao governo mascarar sua miserável proposta. Exceção feita ao adiantamento da primeira parcela do 13 salário – em que o governo adianta ao trabalhador seu próprio dinheiro -, cujo “mérito” é somente de Lula / PT.

Desta forma, os pelegos transformaram a questão da exploração e opressão de classe em “problema de setor”: ao invés de reivindicar um salário a todos os trabalhadores da ativa e aposentados e aos pensionistas que realmente atenda as necessidades de uma família (salário mínimo vital), defenderam migalhas para os “idosos”. Essa política corporativista e de tratar o proletariado como “consumidor” tem sido uma prática constante das direções sindicais pelegas.

Em relação ao método de luta, as direções pelegas desprezam a ação direta das massas (grandes manifestações de rua, bloqueios etc.) e a unidade dos trabalhadores. A Força Sindical, mais propriamente o arqui-pelego Paulinho, fingiu que ameaçava o governo, declarando em janeiro: “Vamos fazer da vida do governo um inferno, com manifestações na porta do Ministério da Fazenda, para impedir que conceda, este ano, outro reajuste igual ao do ano passado, de 6,37%”. A Cobap, para o Dia do Aposentado, organizou uma missa que arrebanhou 5 mil “fiéis” e em que entregou uma “carta-manifesto” ao ministro da Previdência, que também foi rezar. As centrais criaram o “bloco dos aposentados”, com o nome “Quero o que é meu”, o qual participou de um pré-carnaval em 23/02, em frente à sede do INSS em São Paulo, levando os aposentados a uma atitude humilhante.

Essas não foram as únicas provas de burocratização dessas direções sindicais. Agora, estão saindo em defesa do governo, à medida que a oposição burguesa usa o reajuste de 16,67% para desgastar o PT / Lula. Para o Sind. Nac. dos Aposentados e Pensionistas da F. Sindical: “A negociação já foi feita, os deputados querem é ganhar votos”. A Cobap, tentando parecer luta-

dora disse que se Lula vetasse os 16,67% de aumento seria uma “sacanagem com os aposentados”. Além disso, vem utilizando a velha tática de pressão parlamentar (cartas, e-mails e conversas com deputados e senadores) para garantir os 16,67%. Mas, essa mesma confederação, quando do acordo com o governo em abril, foi contra os 5% porque queria 6%, isto é, apenas 1% a mais de reajuste.

O pior, no entanto, está no fato das direções sindicais endossarem as mentiras e chantagens do governo PT / Lula. Alegam temer que a suposta pressão dos parlamentares por um reajuste maior que o negociado leve o governo a rever os 5%, concedendo apenas a reposição do INSS de 3,7%, como é obrigado pela lei, conforme declarou o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical. A isso o Sind. Nac. dos Trab. Aposentados e Pensionistas da CUT acrescenta que se não for votada a tempo a MP 291 (se passar da validade) os aposentados podem perder o adiantamento da primeira parcela do 13 salário.

Está aí por que dizemos que são burocratas a serviço da política burguesa. Negam-se a defender as reivindicações dos aposentados e pensionistas. Entram na disputa interburguesa em torno do reajuste e rechaçam a luta unitária dos trabalhadores (ativos e aposentados) contra o governo e a corja de ladrões que é o Congresso Nacional.

A farsa da oposição burguesa, do governo de Lula e das direções sindicais pelegas.

Os partidos burgueses precisam atuar de forma mais incisiva neste período em que está em jogo o controle desta instituição, através das eleições. Trata-se de mais uma manifestação de uma disputa que é interburguesa, isto é, não consiste em confronto com a ordem capitalista vigente. O PSDB e o PFL, que conseguiram sangrar o governo Lula / PT, mas não eliminá-lo dessa disputa, viram no aumento dos aposentados e pensionistas mais uma oportunidade para desgastar esse governo.

O PSDB, o PFL e os demais partidos não estão nem um pouco preocupados com as condições de sobrevivência dos aposentados e pensionistas. Até porque, boa parte das perdas dos benefícios dos mesmos ocorreu quando esses primeiros dois partidos governavam o país, através de FHC. A prova mais descarada da farsa de defesa dos aposentados está no fato de terem incluído emendas na MP 291, separando-a em duas partes: há um artigo que concede o aumento de 5% e outro que dá mais 11,67% de correção. Foi prevendo o veto do governo e querendo que ele acontecesse que fizeram isso. Assim, não sairiam mal ao comprometer os 5% de reajuste, deixando os aposentados só com 3,7%.

A verdade sobre a MP 291 revela, por outro lado, as mentiras do governo Lula / PT, ao alegar que o reajuste de 5% e outras medidas que “beneficiam” os aposentados e pensionistas (adiantamento do 13 salário e demais migalhas) estão ameaçadas. O governo chegou a dizer que, se a MP 291 fosse aprovada sem estabelecer que o aumento de 5% valia desde 13 de abril (data da publicação da MP), os aposentados teriam de devolver o que já receberam a mais. O governo Lula / PT, entretanto, na maior cara de pau, usou mentiras para fazer chantagens. Saiu para ofensiva chamando a oposição de “eleitoeira”, de “irresponsável” etc.

O ministro da Previdência, Nelson Machado, foi o mais claro nas acusações e ameaças: “Eu acho uma temeridade o que foi aprovado. Aquilo que o executivo, com responsabilidade fiscal, com responsabilidade social, podia dar foi feito no acordo com

as centrais e com os aposentados”. E completou dizendo que por isso sugeriu a Lula o veto feito a MP 288. Tanto isso era mentira que, à medida que as votações da MP 291 eram adiadas, o ministro Tarso Genro deixou escapar que o governo não abria mão dos 5% e utilizaria outros recursos além da votação, como um decreto, para garanti-lo. Contraditoriamente, o mesmo ministro declarou: “Não é correto, por mais que a oposição queira exibir sua dedicação, que um gesto como esse, acabe por impedir que os trabalhadores recebam valores acordados com as centrais e que o presidente encaminhou ao Congresso”. Se há outros mecanismos para garantir o reajuste de 5% negociado por que haveria “impedimento” para os aposentados recebê-lo?

Também imbuído de eleitoralismo, o PT / Lula, visando amenizar seu desgaste, recorreu à velha tática “toma lá da cá”. “Esse reajuste de 16,67% já foi aprovado e vetado pelo presidente. O governo já arcou com o desgaste e não há motivo para fazê-lo de novo”, declarou o parlamentar petista Tarcísio Zimmermann. Como se vê, para o PT está tudo resolvido: a oposição burguesa já ganhou um desgaste e agora tem de aprovar a outra MP (291). Os aposentados que fiquem com aumento real de 1,3%.

Tudo isso demonstra que as direções sindicais, que conhecem muito bem a MP 291, foram cúmplices do governo, foram claramente colaboracionistas, pois não há nenhum perigo dos 5% de reajuste e outras migalhas negociadas não se concretizarem por conta do jogo interburguês no parlamento. Elas não querem é se confrontar com o governo, até porque estão preocupadas com as eleições, ora para reeleger Lula (CUT), ora para eleger Alckmin (Força Sindical). O único perigo nesta situação é que aposentados e pensionistas estão com sua sobrevivência ameaçada, já que é impossível garanti-la com o reajuste miserável que foi negociado.

Em defesa do salário mínimo vital

Toda a novela do aumento dos aposentados e pensionistas demonstra que nenhum trabalhador (da ativa e aposentado) pode confiar no Estado, seja no chamado Executivo, seja no chamado Legislativo, porque ele é burguês, está comprometido com os interesses da burguesia e a manutenção da ordem capitalista. Demonstra também que não podem confiar nas direções sindicais totalmente burocratizadas, porque elas colaboraram com o governo e com os patrões.

Esta novela também revela que o proletariado só poderá combater o eleitoralismo e o peleguismo de suas direções à medida que defender suas reivindicações elementares, como emprego, salário, manutenção das conquistas etc. Defender o salário não significa se apegarem à miséria de 16,67% contra-posto aos 5% do governo. Algumas correntes que se dizem de esquerda vêm cometendo este erro, defendendo o primeiro índice. Defender o salário implica em defender a vida, a manutenção da força de trabalho e a diminuição da exploração.

O POR está em campanha pelo SALÁRIO MÍNIMO VITAL, cujo valor deverá ser calculado pelas assembléias de base dos trabalhadores. Em seus cálculos, esse valor não deve ser menor que R\$ 2.500,00. Como vimos, a maioria dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo não recebe isso. Somente uma ínfima parcela (0,2%) recebe quase ou acima disso. O que mostra que a defesa do salário mínimo, principalmente com o valor de R\$ 2.500,00, possibilitaria a unidade dos trabalhadores em geral, dos da ativa, aposentados e pensionistas.

Crime: Efeitos de uma sociedade que se desagrega

O estado mais rico da federação, São Paulo, vem sendo sacudido pela guerra entre o crime organizado e os órgãos de repressão. Desde maio, com a investida do Primeiro Comando da Capital (PCC), a polícia assassinou mais de 400 pessoas, na maioria jovens da periferia, considerados como suspeitos de ligação com os criminosos. Por outro lado, o PCC teve como alvo as delegacias, agentes penitenciários e atearam fogo em dezenas de ônibus. Depois de um acordo entre o governador e o líder do PCC, houve uma aparente trégua.

Pressionados pelos acontecimentos em São Paulo, os parlamentares aprovaram o "pacote da segurança". Entre as medidas, a criação do "Regime Disciplinar de Segurança Máxima" para os acusados de pertencer ao PCC; os bloqueadores de celulares, que chegavam a bloquear regiões inteiras próximas aos presídios e um "programa de construção de presídios federais", de extrema segurança. E o governo do Lula insistiu em ajudar o governador paulista (PFL) por meio do "contingente especial da polícia", certamente mais treinado para reprimir.

Nada disso pôde conter os novos ataques do PCC, que tomaram conta do estado de São Paulo em meados de julho. A reação do PCC, que destruiu bancos, ônibus e assassinou agentes penitenciários, veio à tona após a prisão de advogados tidos como ajudantes da "facção criminosa", a partir da intenção de rastrear as contas bancárias e de transferir as lideranças para a prisão federal de Catanduvas, no Paraná, e da concentração de presos mantidos amontoados ao ar livre e sem atendimento médico por semanas em Araraquara, após rebelião que destruiu a maior parte do presídio. Novamente, as soluções apresentadas são a construção de mais prisões, de um sistema de inteligência para sondar os presos e mais dinheiro para armar a polícia.

Mas nada disso será suficiente para solucionar os graves problemas, que nada mais são do que consequências da putrefação da sociedade de classe.



A que ponto chegou o Estado de São Paulo:

- 1.No primeiro semestre, 800 pessoas eram presas por mês ou 1 a cada hora;
- 2.Nos últimos cinco anos, o número de presos passou de 67,6 mil para 143,3 mil;
- 3.Para abrigar esse contingente, seria preciso construir 100 presídios por mês.

Portanto, trata-se de um problema que não se soluciona pela via de mais prisões e mais aparelhamento da polícia. Mas o Estado e os partidos oficiais só podem dispor dessas alternativas. Os demagogos e humanistas aproveitam a situação para pregar as "medidas alternativas à detenção, a ressocialização dos condenados, os acompanhamentos com psicólogos para que readquirirem o senso de responsabilidade por seus atos e outras coisas do gênero. Todos se recusam a buscar a raiz do problema, que está na violência da sociedade capitalista.

A crescente criminalidade é um fenômeno nacional

Os recentes estudos mostraram que entre os 12 Estados brasileiros que mais investiram em segurança, 10 apresentam os maiores índices de criminalidade. O Rio de Janeiro é o que mais gasta e é o 4º pior índice de crimes no Brasil. Rondônia é o segundo mais violento. São Paulo aparece como o 7º Estado pior em criminalidade. O Distrito Federal ocupa também um dos primeiros lugares e só não lidera os gastos com segurança porque conta com a ajuda de 2 bilhões anuais do governo federal.

Rios de dinheiro público são empre-

gados para fortalecer o sistema prisional e as ações da polícia e os resultados têm sido opostos: cresce o número de presos. O que mostra a incapacidade do Estado de solucionar pela via do aumento de recursos à segurança.

Derrotar as raízes da criminalidade

É nas grandes cidades onde se concentra o desemprego, o subemprego, o tráfico de drogas e toda sorte de males oriundos de um sistema que se apodrece. A burguesia e seus governos não têm como erradicar essas duras conseqüências. Para uma camada da população, a sobrevivência está vinculada ao mundo do crime. Uma fração da burguesia usa o narcotráfico como mais um de seus negócios rendosos. Conta com a ajuda de uma juventude, que a serve de mão-de-obra para o comércio da droga. O tráfico forma chefes locais que comandam as operações, aparentemente distante dos verdadeiros responsáveis. Uma guerra se armou nos bairros pobres das capitais e nos morros do Rio de Janeiro.

O Estado se torna cada vez mais violento e, por sua vez, as quadrilhas são mais equipadas para responder à repressão policial. A burguesia e os setores médios da população exigem mais ação por parte das polícias e se protegem individualmente. As indústrias de armas, de vigilância privada, de carros blindados e de aparelhos de rastreamento se desenvolvem a cada dia. Há uma militarização nas ruas, bairros, escolas etc, mas mesmo assim cresce a criminalidade e a juventude pobre é arrastada para a marginalidade ou atingida pela ação policial.

Buscar as causas é apresentar uma saída à violência reacionária do Estado. E não há outra solução fora da unidade dos explorados para lutar contra o sistema capitalista apodrecido.

O aumento da criminalidade é uma das manifestações da barbárie capitalista. Para combater é preciso defender o programa da revolução proletária, que tem na sua essência a construção da sociedade socialista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Resolução eleitoral do POR

1. O POR é um partido em construção. Nestes anos se dedicou a constituir o programa militando no seio dos movimentos sociais e a formar quadros marxistas. O seu desenvolvimento ainda não foi suficiente para romper as barreiras contrárias à legalização do partido revolucionário, de forma que pudesse usar as eleições para divulgar o programa da revolução proletária, denunciar de conjunto os partidos da classe capitalista, desmascarar a democracia dos exploradores e mobilizar os trabalhadores no seu terreno próprio de luta, que é a ação direta;

2. O POR atuará nas eleições defendendo o voto nulo programático. Fará campanha apresentando aos explorados e à juventude um programa de reivindicações econômicas, democráticas e antiimperialistas. Um programa que corresponde à estratégia da luta por um governo operário e camponês, da revolução e ditadura proletárias. Explicará a função das eleições como instrumento de domínio e opressão da classe burguesa sobre a maioria explorada. Defenderá o método da ação direta e da organização coletiva da classe operária. E combaterá pela independência de classe dos explorados;

3. O POR não confundirá sua campanha pelo voto nulo programático com a política do sectarismo pequeno-burguês. A luta no campo burguês das eleições é questão tática. Corresponde à necessidade do partido ajudar as massas, por meio da luta de classe e do programa, se libertarem do jugo dos partidos burgueses, reconhecerem o Estado burguês como instrumento da ditadura capitalista e superarem as ilusões democráticas eleitorais. O fato do POR não ter possibilidade de atuar nas eleições com candidaturas próprias e com a política proletária é negativo para o despertar da consciência revolucionária das massas e para o avanço da luta de classe. O partido procura se fortalecer para quebrar os impedimentos da legislação burguesa que impossibilitam sua ação no plano das eleições;

4. O POR não tem como apoiar nenhuma candidatura de esquerda. O PSOL representa uma posição do socialismo social-democrata pequeno-burguês. Nasceu como cisão do PT e já adaptado ao Estado. O PCO não tem expressão entre as massas e mantém sua estratégia de um governo dos trabalhadores, fruto de sua passagem pelo PT. Não expressa o programa da revolução e ditadura proletárias. Negou-se a defender a constituição de uma frente revolucionária. Procura se desenvolver nacionalmente comparecendo como a ala mais à esquerda, mas adaptada às leis eleitorais e se apresentado demagogicamente como defensores das reivindicações elementares dos trabalhadores e minorias;

5. O PSTU abdicou da candidatura própria. Aceitou as condições do PSOL para constituir aliança eleitoral. Fracassaram as negociações de cúpula do PSTU e do PSOL. Nenhuma das posições do PSTU foi aceita pelo PSOL que acabou ditando as condições da aliança. O PSTU demonstrou que sua posição sobre a frente de esquerda não passou de uma manobra para se aliar ao PSOL em busca de votos. O POR propôs uma frente revolucionária, constituída a partir de assembleias, onde se apresentariam as propostas de programa e as candidaturas;

6. As eleições são o momento em que os partidos da burguesia exercem influência política direta sobre as massas e as arrastam a apoiá-los. A disputa se dá entre o candidato do PT e do

PSDB. Ocorrem em seguida à longa crise interburguesa motivada pelas denúncias de corrupção no governo Lula. Todos são ladrões, falsificadores, traficantes do dinheiro público e hipócritas. Desta vez, a quadrilha do PSDB\PFL colocou-se na defesa da moralidade contra o PT\Lula. Objetivo: deslocar o apoio das massas ao governo petista e recolocá-las a serviço da política peesedebista\peefelista. O Estado é dividido entre quadrilhas, que disputam a distribuição orçamentária e a troca de favores com os capitalistas. O PT passou a fazer parte desse mundo. A disputa política pela reeleição se dá nesse campo.

7. Os explorados são chamados pelo PT\Lula a manterem seu apoio, em nome do assistencialismo, do emprego, das quirlas acrescidas ao salário mínimo e dos feitos econômicos. São chamados pelo PSDB\PFL a retirarem seu apoio no governo corrupto, que pouco fez pelos pobres e que não aproveitou bem a situação favorável para fazer o Brasil crescer mais. Gastos milionários, vindos dos cofres dos capitalistas, serão empregados para enganar os oprimidos, de um lado e de outro. O PT\Lula conta com o atraso das camadas mais pobres, que passaram a depender das migalhas assistencialistas e que têm na memória a situação catastrófica de suas vidas sob o governo da aliança PSDB\PFL\PMDB. A candidatura oposicionista conta com o impacto das denúncias de corrupção sobre a classe média e com a desilusão desta no petismo ético e renovador. Os milhões serão destinados à disputa da maioria pobre e da classe média conservadora.

8. As organizações sindicais arrebanham as massas para as eleições. De um lado, a CUT, CONTAG e a UNE organizam a campanha do PT\Lula. De outro lado, a Força Sindical, vinculada ao PDT, serve à candidatura do PSDB\PFL. A direção do MST apóia o PT, mas liberou o voto aos acampamentos e assentamentos a qualquer um dos partidos. A burocracia sindical se divide entre os partidos e se mostra servil à disputa interburguesa. Os burocratas carreiristas funcionam como braço da política burguesa no movimento social. Submetem os sindicatos e as Centrais ao Estado, são servidores da grande propriedade capitalista. O PCdoB estalinista controla a União Nacional dos Estudantes. Faz das organizações estudantis escada para eleger parlamentares. Arrasta-as por detrás de sua política de alianças eleitorais com os partidos da burguesia. Tanto pode se unir ao PT quanto ao PSDB, PMDB e até ao PFL, dependendo dos interesses regionais. A UNE, sob a direção do estalinismo, tornou-se uma agente eleitoral do PT\Lula. Operários, camponeses e juventude estão à mercê dos aparatos burocratizados e das pressões dos cabos eleitorais dos partidos burgueses. A independência das organizações operárias e estudantis está comprometida pela direção sindical petista, estalinista e forcionista.

9. O POR se coloca pela total independência do movimento operário, popular e estudantil frente aos partidos da burguesia. Está colocada uma ampla campanha de denúncia entre as massas do papel traidor e burguês da burocracia sindical, dos petistas e estalinistas que usam os sindicatos e movimentos para arregimentarem os explorados e a juventude por detrás do caudilhismo de Lula e dos partidos pró-patronais. Predominam nos sindicatos os interesses particulares dos burocratas e os in-

teresses gerais da burguesia. A pobreza, o desemprego, a saúde, a educação, a moradia, a discriminação racial e a violência transformam-se em motivos eleitorais, para manter o poder dos exploradores. Tudo é apresentado como se fosse a grande oportunidade de se obter conquistas futuras. A burocracia usa de artimanhas, como “ação afirmativa”, políticas públicas, distribuição de renda para convencer as massas das bondades da democracia burguesa. Na situação, a defesa do voto nulo programático é a condição para se defender a independência dos explorados e de suas organizações.

10. A construção do partido-programa é a tarefa essencial para se conquistar a independência de classe dos explorados e emancipar suas organizações do controle da burocracia colaboracionista. O capitalismo internacional se encontra em estado de putrefação. Só tem a oferecer desemprego, sacrifício no trabalho, miséria e fome para a maioria. O Brasil integra esse sistema baseado na grande propriedade burguesa dos meios de produção. É daí que vem a barbárie social. A burguesia brasileira se constituiu como classe submissa ao domínio das potências. Usa de todo seu poder para se manter em pé e para sustentar os interesses da burguesia internacional saqueadora. O PT apodreceu ao expressar os interesses do grande capital. As raízes de seu fracasso histórico e de sua degenerescência po-

lítica se encontram na sua origem. O PT surgiu adaptado à grande propriedade industrial, latifundiária e comercial. Concluiu como agente do capital financeiro nacional e internacional. O POR foi constituído a partir do programa da revolução proletária, da assimilação da experiência mundial dos explorados e do internacionalismo marxista-leninista-trotskyista.

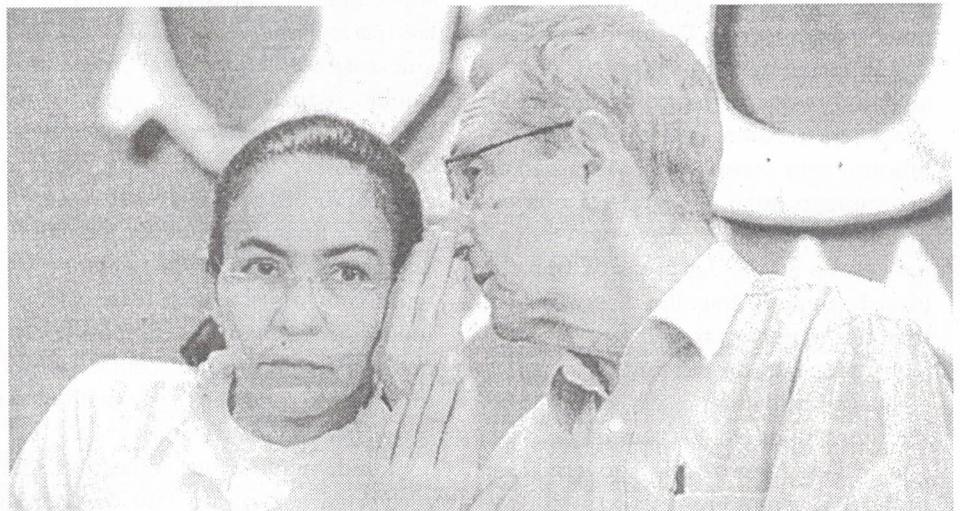
11. A tarefa do momento é a de lutar pela independência dos pobres e oprimidos contra as manobras eleitorais da burguesia. Sobre a base dessa luta, assenta a tarefa de penetrar o programa de expropriação da burguesia e transformação da propriedade capitalista em propriedade socialista no seio das massas. As reivindicações elementares de defesa do trabalho e da vida da maioria oprimida constituem ponto de partida e alavanca para a luta de classe contra os algozes do povo. Os trabalhadores arrancarão suas reivindicações da burguesia com levantes de massa. A ação direta – como greves, ocupações, bloqueios – é o método próprio da classe operária, que serve a todos explorados do campo e da cidade. O método da luta de classe subordina todas as demais formas de combate à burguesia, como as eleições e ação parlamentar. O POR convoca os pobres e oprimidos a construir seu partido, cujo programa e ação estão em radical oposição à política burguesa e podem levar a maioria à revolução social.

O programa da frente de esquerda é uma reedição do reformismo petista

A senadora Heloisa Helena, candidata à presidência da frente de esquerda, tem expressado publicamente suas posições políticas e suas propostas e sua campanha à presidência. A importância dessas declarações está em que concretizam seu programa e mostram o perfil da frente que encabeça. O programa de uma frente só pode ser avaliado com base nas candidaturas que o concretizam, porque são elas que o expressarão na prática.

Uma “alternativa não subserviente à globalização”?

Em sua entrevista ao programa Roda Viva, exibido em junho passado, Heloisa Helena apresentou sua candidatura como uma alternativa às candidaturas do PT e PSDB, apresentadas como “submissas à globalização”. Apresentou ainda o PSol como resultado de “circunstâncias históricas”, que permitem que a esquerda “honesto” e socialista se reagrupe diante da completa integração do PT ao fisiologismo da burguesia. Fez questão de rechaçar qualquer experiência revolucionária ocorrida: “*não somos herdeiros do leste eu-*



ropeu, nunca existiu experiência socialista”, sem contudo se referir ao estalinismo e ao trotskismo. Assumiu-se como defensora do socialismo democrático, que nada mais é que o socialismo burguês, oposto à revolução proletária e à ditadura do proletariado. Ressaltou que acredita que há socialistas e honestos fora do PSol, tanto dentro do PT como sem partido.

Sua visão de candidatura é que se trata de uma “*alternativa de desenvolvimento econômico e inclusão social*”. Para que não haja dúvidas sobre o caráter

dessa alternativa, a própria Heloisa Helena deixou claro que não vivenciará o socialismo, e sim luta para que hoje se possa vivenciar uma “*democracia com justiça social*” (portanto sob o capitalismo). Faz assim a separação clássica entre o programa mínimo e o programa máximo, típica do reformismo socialdemocrata.

Afirmou que “*respeita*” aqueles que combatem as instituições burguesas, como o parlamento, mas que ela mesma não o faz. Ao contrário, busca uma legislação que faça com que as forças vivas da so-

cidade tenham controle sobre o parlamento e as instituições burguesas. Principalmente, que se modifique profundamente o modelo de elaboração do orçamento, apontado como essência da administração pública. Conclusão: é uma defensora da reforma das instituições burguesas sob o capitalismo, e da possibilidade do Estado burguês, instrumento da ditadura de classe da burguesia, ser colocado a serviço dos explorados.

Qualquer que seja o desejo daqueles que chamem o voto nessa candidatura, estarão na prática reforçando as idéias opostas à emancipação dos explorados pela via revolucionária.

O programa da frente de esquerda expresso por Heloisa Helena

A defesa da “democracia representativa” e da “democratização do Estado”, tão caras ao reformismo petista, se concretizam nas propostas de governo da candidata.

A *redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais* é uma medida que não elimina o desemprego. Diante das necessidades crescentes de emprego para a juventude e dos atuais acordos de flexibilização do trabalho, essa medida não significaria nem mesmo uma atenuação do desemprego atual. A bandeira que expressa a defesa do emprego para todos é a da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar).

A proposta de *recuperação do salário mínimo* representa a preservação da miséria imposta por ele. É a mesma proposta que o PT defendeu, e que o governo Lula pratica: aumentos graduais do salário mínimo dentro dos limites impostos pela política econômica neoliberal e pela capacidade de absorção pelos capitalistas. É uma medida de conciliação com a superexploração do trabalho. A defesa consequente da vida dos explorados depende da implantação do salário mínimo vital, suficiente para a sobrevivência da família assalariada. Uma bandeira incompatível com o capitalismo em decomposição.

O *aumento dos gastos públicos em setores que possam gerar renda* é o subsídio governamental aos capitalistas que mostrem boa vontade para uma reciprocidade para com os objetivos do gover-

no. Embora nas palavras rejeite a contribuição das empresas para sua campanha, sua proposta de governo se apóia numa boa relação com setores empresariais.

O *fim das privatizações* sem a defesa da reestatização daquelas já privatizadas é a aceitação da entrega já realizada pelos governos anteriores.

A *auditoria da dívida externa* tem como conteúdo estabelecer o que deve e o que não deve ser pago, ou ainda, como. Quando a candidata afirma que o governo Lula poderia “*pagar a dívida de forma mais barata*”, demonstra compromisso em saldá-la, ainda que de forma diferente da atual.

Quanto à dívida interna, Heloisa Helena confessa claramente sua intenção de pagá-la. Mas com juros menores, que deveriam ser a metade dos atuais. Ela julga absurdo transferir 145 bilhões em juros para os mais ricos, comparando com os 5 bilhões gastos com programas como a Bolsa Família. Mas 70 bilhões não seriam assim tão absurdos, seu governo os entregaria aos ricos sem dor na consciência.

No campo da política econômica, ela supõe que seria possível, a partir de um *novo pacto federativo*, elaborar “*outro modelo de construção do orçamento*”, monitorar o câmbio, reduzir os juros e aumentar gastos. Um “*desenvolvimento econômico sustentável ambientalmente*” seria capaz de criar condições para resistir às investidas das crises financeiras internacionais e evitar a inflação. Aqui não há nenhuma diferença com o discurso petista: elabora a utopia de desenvolver o capitalismo nacional à margem da crise econômica mundial, e como condição para a melhora das condições de vida das massas.

Fundamentou suas colocações sobre a reforma agrária no fato de ser uma “*obrigação constitucional*”. Desqualificou as políticas de reforma agrária de FHC e Lula, dizendo que faltam-lhes serem acompanhadas de uma política agrícola que gere renda no campo e que permita ocupar mercados internos e externos. Qualificou a ocupação do congresso pelo MLST de “*fato lamentável*”, que “*não conquistou aliados*”, fazendo coro com o governo e burguesia.

Declarou seu apoio ao Bolsa Família do governo Lula, que teria de ser melhorada com capacitação profissional, acesso à educação, cultura e esporte à juventude e inserção no mundo do tra-

balho. Como se o capitalismo em crise pudesse ser domado pelo governo e forçado a dar emprego em prejuízo da lucratividade do capital.

Defendeu as medidas provisórias como instrumento de governo. Disse que o congresso (parlamento) deve ser fiscalizador do poder executivo, por isso não há necessidade de base de apoio parlamentar (chamada de “*base de bajulação*”).

Quanto à segurança pública, propôs combinar educação e repressão. Ou seja, um monitoramento do Estado sobre todas as crianças, de forma a adotá-las antes que o narcotráfico o faça, enquanto se intensificam as medidas de repressão. Que seriam: mais e melhores prisões, monitoramento das fronteiras, fiscalização dos laboratórios e criação de um sistema único de segurança pública, com melhorias nos instrumentos de repressão policial. Desconhece que o aumento da criminalidade é sintoma da decomposição capitalista, que o crime organizado expressa os negócios de uma fração da burguesia em busca da valorização do capital pela via criminoso e que se apóia no aumento da miséria para progredir e se fortalecer.

Conclusão: não é uma candidatura de independência de classe

A candidatura de Heloisa Helena só pode ser qualificada de alternativa à do PSDB e PT no mesmo campo de disputa eleitoral burguesa. Seu programa é uma reedição daquilo que o próprio PT defendia antes de chegar ao poder, ou seja, uma utopia reformista de melhora do capitalismo em decomposição. Não serve como ponto de apoio à denúncia da farsa da democracia burguesa, porque não se contrapõe a ela, ao contrário, a reafirma e defende. Não serve de ponto de apoio à mobilização das massas, porque parte dos objetivos de conquista de votos e postos nas instituições da democracia burguesa e de defesa da democracia representativa, uma das bases ideológicas do domínio da classe capitalista. Finalmente, por ser contraposta à estratégia da revolução proletária e defensora do socialismo burguês (“democrático”) é elemento de fortalecimento do reformismo e obstáculo para o avanço da consciência de classe revolucionária, autenticamente socialista.

Frente aos problemas, Heloisa Helena expõe seu programa pequeno-burguês

Diante dos ataques do PCC:

A candidata Heloisa Helena (PSOL) defendeu:

1. "Organizar um pacto federativo sobre a área de segurança e o sistema prisional";
2. "Executar orçamentos da área de segurança de forma mais responsável";
3. "Fazer investimentos na inteligência do sistema policial e impor maior controle dos agentes penitenciários".

Eis aí um dos aspectos do programa do PSOL. O que é um "pacto federativo"? Não é um acordo com o governos (em todas as esferas) para ampliar os recursos e o contingente policial para reprimir os tidos como suspeitos de ligação com o crime organizado? Não é aumentar a segurança dos presídios e sobre os agentes penitenciários? Não é arrumar mais dinheiro para manter as prisões e os policiais? Não é fortalecer o sistema de escuta (inteligência) por parte dos órgãos de repressão?

Está aí uma das razões para não apoiar o PSOL. Trata-se de um partido que pretende ocupar o lugar do reformismo petista. Nada tem de socialismo. Pretende administrar o Estado, inclusive conservando o que há de mais podre que é a polícia e as prisões. Para Heloisa Helena, a solução da crescente criminalidade está num pacto para aumentar a "segurança", portanto fortalecer a ação da polícia.

Que a diferença há entre as propostas apresentadas pelo PT e as do PSOL?

O candidato petista, Aloísio Mercadante, quer "estreitar as relações com a administração federal". Isso é um "pacto federativo". O PT pretende uma "gestão integrada das instituições de segurança, inclusive nos serviços de inteligência".

O PSOL defende a mesma coisa: "investimentos na inteligência". Como se vê, na essência são partidos com o mesmo programa quanto à "segurança".

A posição de Heloisa Helena sobre a burguesia

Indagada sobre a arrecadação de re-



A cada resposta, candidata reafirma uma campanha que passa longe da independência de classe

ursos para a campanha eleitoral, Heloisa Helena disse que "não vai aceitar doações de endinheirados", mas destacou: "Eu não tenho dúvida de que existem empresários honestos e pessoas que se dizem de esquerda e são pilantras...".

O que Heloisa Helena quis dizer é que há burguês honesto. Se existe, a conclusão que tiramos é que ela não vê mal algum receber contribuições. Como para ela não é problema de classe: há empresários honestos e elementos de esquerda desonestos.

Essa é a concepção "socialista" da candidata do PSOL, que diz que: "nós socialistas, somos invencíveis. Vamos dar um trabalho danado e um susto nos homenzinhos Lula e Alckmin".

Como se vê, o programa eleitoral do PSOL nada tem de socialista. Os discursos demagógicos de Heloisa Helena servem unicamente para esconder seu radicalismo burguês.

Heloisa Helena atrai um setor da Igreja com suas devoções

As comunidades eclesiais de base serviram para as campanhas eleitorais do PT. Recentemente, após as denúncias de corrupção envolvendo o PT e seus parlamentares, parte delas passou a de-

fender a candidatura de Heloisa Helena. Por sua vez, a candidata passou a citar e comentar o Evangelho, São Tomás de Aquino e a falar de Jesus como um "rebelde". A cristã candidata do PSOL chegou a participar das homenagens de padre Cícero, no nordeste.

Como se vê, o PSOL de Heloisa Helena não tem nada de socialismo. É um partido da democracia burguesa, que abarca os pregadores religiosos defensores da propriedade privada dos meios de produção e contrário ao materialismo dialético. Esta utiliza a religião para sua campanha eleitoral e os padres usam o púlpito para convencer os explorados da suposta melhor candidatura.

O PSTU foi arrastado pelo PSOL

O PSTU renunciou a candidatura própria para se juntar ao PSOL, que em palavras critica Alckmin e Lula como "os dois lados da mesma moeda suja e os moleques de recado do capital", mas na prática quer um "pacto federativo" para ajudar a exterminar os considerados criminosos.

O PSTU considera a frente eleitoral com o PSOL e PCB uma "alternativa aos trabalhadores na luta e nas eleições". Eis por que dizíamos que a Frente de Esquerda lançada pelo PSTU era a submissão às posições dos ex-petistas e carreiristas eleitorais do PSOL. Não havia discussão de programa e as candidaturas centrais já estavam definidas. A Frente de Esquerda nesses moldes era submissão ao PSOL.

Os trabalhadores e a juventude devem conhecer o programa dos ditos reformistas, caso contrário estarão trocando gato por lebre. Não devem se iludir com o palavreado populista de Heloisa Helena que se auto-proclama "general e cozinheira na campanha", "mulher de muita fé", "que não tolera corrupção" e outras frases de efeito. A verdade é que Heloisa Helena e o PSOL não abandonaram sua raiz petista. A candidata se esqueceu que tolerou anos e anos a corrupção do PT, que a fez senadora.

Estatuto da Igualdade Racial – Como enfrentar a discriminação?

O Estatuto da Igualdade Racial provocou divergências e divisões entre os intelectuais. Já havia sido aprovado no Senado, e estava em tramitação na Câmara Federal, quando uma comissão de “notáveis” entregou aos presidentes das duas Casas um manifesto contrário à sua aprovação definitiva. A partir daí, a votação na Câmara foi adiada e só voltará na próxima legislatura.

Os senadores acharam, por seu próprio bem, dar o voto favorável, considerando a massa de votante negra e calculando que o destino do Estatuto da Igualdade Racial seria o mesmo do Estatuto do Menor. Estava quase certo que também passaria pela Câmara.

Os promotores do movimento do Estatuto e das Cotas contavam com o clima eleitoral. Sabiam do mal estar das lideranças parlamentares e da cúpula dos grandes partidos opositores silenciosos (PSDB/PFL/PMDB), que expressam a reação em toda linha. Parte da camarilha do PT também estava contra. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, punha, por sua vez, restrições ao critério de cota racial. O Ministro Tarso Genro (PT) e Aldo Rebelo (PCdoB) viram como solução trocar cota racial por cota social. Estabeleceu-se um jogo conceitual entre exclusão racial e exclusão social. Foi assim que o governo Lula retirou seu apoio à aprovação do projeto que deveria ser votado até o fim do ano.

Os presidentes do Parlamento, os chefes partidários e o governo puderam respirar aliviados. Afinal, todos ficaram contra a decisão final, bem no período eleitoral, de forma que o movimento negro de classe média não tem como culpar alguém em especial e retirar seu apoio ao governo ou apoiar qualquer outro partido.

Os intelectuais e artistas (entre eles Caetano Veloso, Ferreira Gullar) que assinaram o Manifesto anti-estatuto cumpriram seu papel servil perante o Congresso da burguesia branca.

O redator do Estatuto, senador Paulo Paim (PT), considerou possível alterá-lo, introduzindo as cotas sociais, constituindo critérios híbridos de inclusão. Para quem há dez anos negocia no Congresso e com o movimento negro, não custa fazer novas adaptações. Se Lula ganhar, é bem provável que se façam mudanças no Estatuto, para torná-lo ainda mais restrito. As coisas se passam assim porque a tal inclusão racial e social se dá no âmbito da política parlamentar e do Estado burguês.

Principais pontos do Estatuto

Esperava-se com a sua aprovação “*combater a discriminação racial e as desigualdades estruturais e de gênero que atingem os afro-brasileiros*”. Entre as Disposições Preli-

minares, consta: IV – políticas públicas: ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais; V - ações afirmativas: as políticas públicas adotadas pelo Estado para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidade.

No artigo 4º, prevê-se “*a reparação, compensação e inclusão das vítimas da desigualdade e a valorização da igualdade racial*”. No parágrafo 1º, considera-se como programa de ação afirmativa a “*estipulação de cotas*”.

No Capítulo I, Do Direito à Saúde, estabelece-se o “*quesito raça/cor*” em documentos do SUS, igualdade de acesso e pesquisa de “*doenças prevalentes na população negra afro-brasileira*” e exames nos recém-nascidos para diagnóstico de hemoglobinopatia (uma de suas manifestações é a anemia falciforme).

Capítulo II, Do Direito À Educação, À Cultura ..., cria-se a disciplina de “*História Geral da África e do Negro no Brasil*”.

Capítulo III, Direito À Liberdade de Consciência e de Crença e ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos. No artigo 29, “*O Estado adotará medidas necessárias para combater a intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores (...)*”. Nesse Capítulo, prevê-se acesso aos meios de comunicação, restauração de documentos, obras etc. e garantia de “*participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, comissões, conselhos e órgãos, bem como em eventos e promoções de caráter religioso*”. Artigo 30. “*O Poder Público incentivará e apoiará ações sócio-educacionais realizadas por entidades afro-brasileiras que desenvolvem atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbio e convênios, entre outros mecanismos*”.

Capítulo IV Do Financiamento das Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial. Inciso VI – “*incentivo à criação e manutenção de microempresas administradas por afro-brasileiros*.” Fazem parte desse capítulo as cotas.

Capítulo V, Dos Direitos da Mulher Afro-brasileira. Consta de vários aspectos de proteção da mulher afro-descendente (saúde, violência, acesso a crédito)

Capítulo VI, Do Direito dos remanescentes das Comunidades dos Quilombos às suas Terras. Tratam-se do reconhecimento, demarcação, legalização, reparações e proteção das comunidades dos Quilombos.

Capítulo VII, Do Mercado de Trabalho. Artigo 62. “*Os governos federal, estaduais, distritais e municipais ficam autorizados a promover ações que assegurem a igualdade de*

oportunidade no mercado de trabalho para os afro-brasileiros e a realizar contratação preferencial de afro-brasileiros no setor público e a estimular a adoção de medidas similares pelas empresas privadas.” No Art. 65, inciso II – “*o preenchimento de cargos em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores – DAS da administração pública centralizada e descentralizada observará a meta inicial de 20% de afro-brasileiros, que será ampliada gradativamente até lograr a correspondência com a estrutura da distribuição racial nacional ou, quando for o caso, estadual observados os dados demográficos oficiais.*”

O Capítulo VIII é dedicado às cotas, que incluem educação e emprego. Art. 72. Leis específicas, federais, estaduais, distritais ou municipais poderão disciplinar a concessão de incentivos fiscais às empresas com mais de 20 empregados que mantenham uma cota de, no mínimo, 20% para trabalhadores afro-brasileiros.

Capítulo IX, Dos Meios de Comunicação. Art.74. “*Os filmes e programas veiculados pelas emissoras de televisão deverão apresentar imagens de pessoas afro-brasileiras em proporção não inferior a 20% do número total de atores e figurantes.*”

Capítulo X, Das Ouvidorias Permanentes nas Casas Legislativas. Consta de parágrafo único. “*Cada Casa Legislativa organizará sua Ouvidoria Permanente em Defesa da Igualdade Racial na forma prevista pelo seu Regimento Interno.*”

Capítulo XI, Do Acesso à Justiça. Art. 79. “*É garantido às vítimas de discriminação racial o acesso gratuito à Ouvidoria Permanente do Congresso Nacional, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário em todas as instâncias, para garantia de seus direitos.*”

Esperamos ter selecionado os principais aspectos do Estatuto, que, como se pode ver, abrange vários aspectos da vida social.

Questionamentos e defesa do Estatuto

Os opositores ao Estatuto e às Cotas usam os mais variados argumentos para justificar a sua não aprovação. Alguns: 1) O Brasil deixaria de ser uma Nação para se transformar em uma confederação de raças; 2) O Estatuto fere a Constituição, porque fere o princípio de igualdade diante da Lei; 3) O direito jurídico a partir do conceito de raça leva à divisão entre os brasileiros e é fonte de ódio racial; 4) Há milhões de brancos também excluídos. Solução apresentada: melhorar o ensino e os serviços públicos para incluir a massa negra excluída, bem como a branca. Ao invés de medidas afirmativas (particulares aos negros), medidas universais.

Combinar as reivindicações das massas exploradas com as reivindicações raciais

A resposta dos defensores do Estatuto: a lei diz que todos os homens são iguais, mas na realidade histórica e social os negros são discriminados, portanto a forma de se reparar esse dano é a das cotas e de afirmação de direitos. Explicação comprovada pelos dados do próprio governo.

A maioria negra não é igual perante a lei. Mas a maioria branca também não o é. Ou seja, a esmagadora maioria é de trabalhadores. Quem elabora a Constituição e as leis é a burguesia. Todo ordenamento jurídico foi construído sobre a propriedade privada dos meios de produção e sobre as relações capitalistas do trabalho.

A discriminação racial assenta-se na divisão de classe. Mas o movimento negro não admite essa realidade. Acredita poder amenizar a opressão sobre os afro-brasileiros adotando medidas particulares por meio do Estado, portanto do reconhecimento por parte da burguesia branca, representada pelos partidos da ordem.

Por que o temor de que o Estatuto possa ser fonte de conflitos raciais e de rivalidade entre brancos e negros pobres? Porque a burguesia há muito chegou à conclusão de que é melhor a "paz social", também nesse âmbito, para melhor explorar a maioria, formada pela classe operária, classe média pobre e camponeses.

Formou-se uma camada negra de classe média, que vem se incorporando vagarosamente aos valores capitalistas. O movimento das cotas tem aí sua base social. Não expressa as reivindicações da imensa massa de operários e camponeses negros, que vivem miseravelmente e sobre a qual recai a opressão de classe e a racial.

É um grande erro fortalecer as aspirações pequeno-burguesas, que separam a camada média pobre negra da imensa massa de proletários e camponeses, de pobres e desempregados, sobre os quais recai o maior peso da dupla opressão – a social (de classe) e racial. O capitalismo usa fartamente a pequena-burguesia para seus fins sociais, políticos e ideológicos.

O forte do Estatuto são as cotas para a Universidade e para a mídia (presença no vídeo de atores negros); e em seguida para os cargos estatais (funcionalismo público). No fundo, é o que se busca. A cota referente ao emprego em fábricas e comércio não é uma exigência. O empregador que pretender extorquir o Estado, usando incentivo fiscal, usará a cota.

Por que os redatores do Estatuto não pleitearam a obrigatoriedade para os capitalistas? Porque certamente se guiaram pelo realismo pequeno-burguês de não lutar contra o poder da propriedade privada dos meios de produção, de onde emana toda a opressão (social, racial, nacional etc).

Acreditam que o Estado burguês, por atos parlamentares, pode fazer algumas

concessões e estabelecer proteções. Socorrem-se do aparato de domínio de classe e de sustentação da opressão racial para incorporar direitos a uma minoria negra. São ilusões reformistas oriundas do PT e de uma ala clerical (Educafro etc). As massas profundamente atingidas pela exploração não são mobilizadas para arrancar concessões por meio da luta de classe. Eleições, negociações parlamentares, movimentação de intelectuais e abaixo-assinados – esse é campo em que se pretende vencer a batalha contra a discriminação.

O problema central da escola, do emprego e do salário de fome, que atinge a esmagadora maioria, nem de longe é tocado. Milhões de jovens negros não passarão do ensino fundamental, grande parcela continuará a viver de migalhas e o desemprego não deixará de ser o maior dos tormentos. E os mentores do Estatuto e das cotas continuarão a dizer que o problema não é de classe, mas eminentemente racial.

O aspecto da religião é mais um ponto crítico do Estatuto. Pretende que o Estado dê proteção à religião. Caberia ao poder público coibir discriminações contra a religião de matriz africana, dar acesso aos meios de comunicação e promover incentivos às instituições religiosas para fins "sócio-educativos", portanto abrir as portas para a religião africana, da mesma maneira que faz com as demais (católica e protestante, principalmente). Ao invés de combater os privilégios que o Estado e a burguesia dão às religiões, que servem ideologicamente aos opressores e se assentam na defesa da propriedade privada dos meios de produção, fazem a defesa e querem ter os mesmos "direitos" (favores).

Os intelectuais contrários ao Estatuto agiram como filisteus a serviço da burguesia branca. Elevaram a voz contra o Estatuto da Igualdade Racial não no que tem de mesquinho perante a maioria negra, mas naquilo que tem de denúncia do racismo. Não questionaram o direito reacionário de o Estado proteger a religião.

A resposta "Em favor do Estatuto da Igualdade Racial" é uma peça liberal que se socorre da hipocrisia da Convenção da ONU e se apóia nos exemplos tais como os Estados Unidos (um dos maiores opressores dos africanos). Quer fazer crer que há um "caminho da construção dessa igualdade étnica e racial" por meio das cotas. Trata-se de um engano reformista pequeno-burguês. Não se reduzirá a opressão racial sobre metade da população com medidas paliativas para uma ultra-minoria negra de classe média.

A idéia de levar o Estado burguês a reconhecer gradativamente a discriminação e assumir medidas compensatórias é utópica. E restringe a violência de classe contra as massas.

O ponto de partida da luta contra a discriminação racial está na organização das camadas proletárias negras mais profundamente atingidas pela exploração capitalista. Por razões históricas, a população negra de classe média é pequena, comparada com as massas proletárias e camponesas negras, e comparada com a classe média branca.

A política proletária parte da situação das classes sociais, sem desconhecer por um só segundo outras formas de opressão – a racial é de suma importância no Brasil, cujo capitalismo foi introduzido na forma da escravidão negra e índia. A matriz do proletariado brasileiro está no trabalhador negro. Não por acaso que quase 50% dos brasileiros são afro-descendentes e a quase totalidade são proletários e camponeses pobres. Está aí por que a revolução proletária depende da massa negra trabalhadora; da mesma maneira a sobrevivência do capitalismo depende de manter na inércia essa multidão oprimida.

A revolução proletária tem uma tarefa particular no Brasil (como tem nos Estados Unidos, Haiti, África do Sul etc): pôr fim à opressão racial, que tem sua raiz na escravidão. Ocorre que entre os outros 50% da população branca, também a maioria faz parte do proletariado e dos camponeses, contando com uma classe média mais vasta, cujos laços com o capitalismo são mais amplos e profundos.

Para arrancar as reivindicações da burguesia, qualquer que seja, é necessário unir negros e brancos explorados e oprimidos.

São partes do programa da classe operária as reivindicações contrárias às discriminações: trabalho igual salário igual, emprego a todos, escola a todos, em todos os níveis, a cada um de acordo com sua potencialidade e necessidade, saúde sem discriminação, acesso à moradia, fim da opressão à juventude negra, igualdade política e social etc.

Há problemas imediatos que unem os trabalhadores brancos e negros: o emprego e o salário. A reivindicação de emprego a todos, sem discriminação, só pode ser a escala móvel das horas de trabalho, em que se dividem as horas nacionais entre todos aptos ao trabalho; salário mínimo real, nenhum trabalhador pode ganhar menos que o necessário para a sobrevivência sua e da família; e escala móvel do reajuste salarial de acordo com a inflação.

Com esse programa de reivindicações, é possível defender a vida da maioria, unir os trabalhadores e enfrentar a opressão capitalista por meio da luta direta.

Eleições em Rondônia: disputa para iludir as massas

No quadro político para a disputa do governo do Estado em Rondônia, aconteceu uma pequena modificação. Até as convenções, seriam seis candidatos a governo. Na semana passada, o candidato pelo PSDC Edgar do Boi desistiu da sua candidatura. E os demais continuam na corrida para engabelar os explorados.

Segundo o jornal "O Observador", que divulga uma pesquisa feita pelo Instituto Phoenix, quem lidera as intenções de voto é o corrupto governador Ivo Cassol (PPS) com 34,20% e, em segundo lugar, Carlinhos Camurça (PSB) com 17,83%. Amir Lando (PMDB) é o terceiro colocado com 8,75%. Fá-

tima Cleide (PT) está em quarto lugar, com 6,48% das intenções.

O candidato do PSOL, que de início seria José Augusto, foi substituído pelo professor Adilson Siqueira da Universidade Federal de Rondônia, do departamento de Filosofia e Sociologia. Este está em última posição, com apenas 1,78% das intenções dos eleitores.

O POR chama a juventude e os trabalhadores a não confiarem na demagogia dos eleitoralistas. A situação de Rondônia e, especificamente, Porto Velho, é cada vez mais terrível. Há violência de toda natureza e a cada dia se intensifica a barbárie social. As vítimas são os jovens pobres que

moram nos bairros periféricos, que na maioria são bairros surgidos de ocupações. Essa juventude não encontra trabalho, educação e lazer. As suas necessidades vitais não são satisfeitas e são presas fáceis nas mãos dos oportunistas eleitores.

As eleições são o campo de disputa da burguesia. A intervenção do partido revolucionário nas eleições tem a função de denunciar a democracia burguesa e defender as reivindicações das massas oprimidas por meio da ação direta, método próprio dos explorados. O POR intervém nas eleições por meio do voto nulo programático e trabalhando pela construção do partido da revolução proletária.

Avaliação da greve dos professores da rede estadual de ensino no Estado do Ceará

Os professores da rede estadual de ensino encerraram o primeiro semestre em greve com 45 dias de paralisação, pois, apesar de toda repressão e terrorismo estatal com corte dos salários, a ameaça aos professores de estágio probatório e demissão dos professores de contratos temporários, a categoria não se intimidou diante do governo, que fez tudo para acabar com a greve no magistério. A burocracia da Apeoc queria que fosse aprovado de Estado de greve, mas a base derrotou a burocracia dando continuidade da greve durante o período de férias da categoria. Já faziam 15 anos que os professores da rede estadual estavam parados, não se mobilizavam contra os ataques dos governos de plantões. A adesão da categoria da capital e interior foi em torno de 80% e as assembleias iniciais contavam em torno de 3 a 5 mil professores.

Inicialmente, a direção pelega da Apeoc (Penha e Articulação/PT) queria dar apenas uma satisfação à categoria, se passando que estava lutando e enfrentando o governo Lúcio/PSDB, como também impulsionar as candidaturas da Penha, os deputados do PT, PC do B e os carreiristas da CUT. Porém, a base dos professores já vinha de muito tempo sofrendo o esmagamento salarial e as péssimas condições de trabalho e sucateamento das escolas públicas etc., com isso passou por cima da direção traidora do sindicato da Apeoc.

No começo da greve, a Corrente Proletária na Educação, em conjunto com os professores de base e o PSTU, começamos a organizar uma oposição no comando de greve para enfrentar e bater de frente contra a burocracia, para encaminhar a luta e o

movimento grevista. Desta forma, as oposições em certo momento conseguiram impor derrota à direção da Apeoc, como por exemplo: aprovação nos zonais e no comando de greve (a contra gosto das burocracias do Sindiute (O Trabalho) e Apeoc) a unidade na luta, que foi aprovada em assembleia geral com muita manobra da direção da Apeoc. Além disso, a oposição conseguiu que o sindicato Apeoc arcasse com o vale alimentação e gasolina aos professores dos zonais, carro de som nos bairros e zonais, nota paga na TV e infra-estrutura nas assembleias da categoria (cadeiras).

O governo ofereceu apenas 6% de reajuste dos servidores, a categoria reivindicava 53% de reajuste salarial; o vale refeição universal para todos os professores, pois o governo propõe o valor de R\$ 1.600,00, mas os professores aprovaram em assembleia que seja dado até o nível 21; a exigência da convocação dos concursados de 2003, assim o governo convocou 265 candidatos e prepara um terceiro lote para ser convocado; a modificação da lei da ampliação da carga horária que colocava 36 meses para incorporação de 20 horas semanais para 40 horas, porém, o governo está estudando para os professores que estejam com os 33 meses (em que se encontram a maioria dos professores), como também, aos professores que estão fora dos critérios de ampliação da definitiva, que querem continuar com a ampliação temporária; mais verbas para escolas que estão de pires nas mãos. Com a greve, o governo começou a liberar recursos para as escolas, para sua manutenção; livros didáticos para todas as disciplinas do ensino médio, mas

ofereceu apenas o livro de Biologia para este ano; laboratórios para todas as escolas, no entanto propõe 180 laboratórios para as escolas estaduais; construção de quadras de esporte, o governo prometeu construir 40 para este ano e, por último, a categoria propõe a progressão horizontal de 5% a serem incorporados ao salário para todos os professores, porém, o governo acenou somente para os efetivos que tenham um ano no mesmo nível, assim os professores de estágio probatório e os temporários ficaram de fora da progressão horizontal em que este ano, os professores efetivos não submeteram à tal avaliação individual, ou seja, a avaliação desempenho, mas somente em 2007 começará a avaliação individual e que só 60% dos aprovados da categoria vão ser contemplados com incorporação de 5% da progressão horizontal.

A nossa avaliação sobre a greve dos professores é que esta foi importante para reorganizar a categoria contra os ataques dos governos e preparar para novos embates. A Corrente Proletária na Educação teve um papel importante na mobilização dos professores no início do semestre letivo para construir a greve, como também influenciou nas bandeiras que conduziram a luta durante a greve para derrotar a burocracia da Apeoc. E, por último, denunciaremos a corrente da LBI, que virou as costas para os professores da rede estadual na greve, um vez que esta possui militantes na categoria e nunca compareceu nas mobilizações, fechamentos de escolas, nas atividades da greve e assembleias gerais da categoria ou no comando de greve para combater a burocracia da Apeoc.

As lutas na Regional do Sinte de Ceará-Mirim

Enquanto as direções da grande maioria dos sindicatos freiam as lutas, a regional do Sinte tem provado o quanto é necessário uma direção revolucionária que coloque o sindicato a serviço das reivindicações imediatas dos trabalhadores (emprego, salário, etc.) e não faça do sindicato um trampolim para candidaturas eleitoreiras.

O Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do RN), em nível estadual, é dirigido pelo PT/PCdoB que, durante todo o ano de 2006, não encaminhou nenhuma campanha salarial da categoria, pelo contrário, abandonou os trabalhadores em educação para fazer a campanha eleitoral da senhora FÁTIMA BEZERRA e do senhor FERNANDO MINEIRO, ambos do PT. Hoje o projeto maior dos sindicatos dirigidos pelos reformistas é eleger os carrascos dos trabalhadores: Wilma e Lula/PT, que têm seus governos marcados por denúncias de corrupção.

A regional do Sinte de Ceará-Mirim é a única que faz oposição a direção estadual. E, ao contrário desta, organizou duas greves neste último período. A greve de Ceará Mirim, que se dá no governo de Ednólia Melo (PSDB), conta com adesão da categoria, que todos os anos é obrigada entrar em greve para arrancar alguma conquista.

A prefeita Ednólia Melo tem se empenhado na candidatura do Geraldo Melo a uma única vaga ao Senado que, após ser desprezado pelos grupos oligárquicos do estado (PMDB), e não sendo aceito pelo grupo do governo (PSB), faz uma campanha isolada. Em 2005, a categoria fez uma greve de 50 dias, sob muita repressão, mas que contou com o apoio da população e serviu para avançar o desgaste da Sr^a Ednólia. Este ano, a prefeita iniciou o processo de negociação afirmando não ter como dar reajuste de salário. Em seguida apresentou uma proposta de rateio dos recursos do Fundef, que inicialmente daria em torno de R\$ 800,00. O valor aumentou para R\$1.800,00 e 10% de reajuste de salário. A categoria recusou e manteve a greve por entender que é possível a prefeitura apresentar uma proposta mais clara no montante dos recursos do Fundef, discutir um novo percentual de reajuste e uma política de salário para os

funcionários de escolas.

Em Ielmo Marinho, outro município que faz parte da regional de Ceará-Mirim, os trabalhadores pela primeira vez decretaram greve, que conta com adesão de 90% da categoria. O prefeito Germano Patriota (PMDB) tem encarado o movimento com repressão. Colocou na Secretaria de Educação um ex-professor truculento, que não é capaz de negociar com a categoria. Trata a educação como se os funcionários fossem seus empregados e, o pior, não podendo nem pensar em discordar dele. Os que têm opção política divergente são perseguidos nos quatro cantos do município.

O prefeito achava que era impossível uma greve no município que vive sob sua ameaça constante. Os trabalhadores decretaram greve e realizaram atos públicos, mesmo com a tentativa do prefeito em impedir que a categoria realizasse assembleia, pois estava sendo preparado o pelotão de choque para impedir a realização da atividade.

A categoria contou com o apoio dos pais e população (muitos foram ameaçados de perderem as casas dos programas habitacionais se fossem para o ato) e fez um ato público que marcou a história da cidade, pois, enquanto o prefeito ameaçava a categoria, esta exigia a negociação e denunciava a situação da educação do município. Na assembleia, foram tirados encaminhamentos para endurecer a luta, resistir à repressão e abrir as negociações.

Como se vê, a regional do Sinte em Ceará Mirim, que tem em sua direção a Corrente Proletária-POR, mostra para a classe trabalhadora os caminhos para arrancar as reivindicações imediatas e enfrentar com a luta e ação direta a repressão dos prefeitos que tanto têm servido aos interesses do FMI e Banco Mundial e que o avanço ainda maior das conquistas do proletariado e demais oprimidos se dá com luta contra as direções burocráticas dos sindicatos, da CUT governista e da Força Sindical direitista.

Rondônia: Que autonomia os estudantes necessitam?

As entidades da Universidade Federal de Rondônia – Unir, Associação dos Docentes - Adunir, Sindicato dos Técnicos - Administrativos e Diretório Central dos Estudantes - DCE organizaram um ato em defesa do voto paritário. Essa discussão, segundo os diretores das respectivas entidades, foi deliberada em assembleia conjunta em função deste ano ter eleição para reitor.

Num panfleto distribuído pelo Sintunir, há o repúdio ao modelo de eleição (maior peso aos professores, à burocracia, nas decisões) existente na universidade, denominando de “antidemocrático”.

Na essência, não há diferença. As duas formas acabam preservando as castas burocráticas e os interesses da burguesia e seus governos dentro da universidade, alterando apenas a composição das atuais estruturas de poder..

A direção do Sintunir está sob o comando do reformismo do PT, a Adunir está sob a política reformista do PSOL e o DCE está sob o comando do estalinismo do PC do B. Daí o porquê desta defesa.

O POR interveio no ato em defesa do voto universal, o governo tripartite, soberania das assembleias e o controle da universidade por quem estuda e trabalha. A política proletária luta pelo fim da universidade de classe (burguesa), o que só pode ser realizado pelo proletariado revolucionário. As reivindicações democráticas na universidade devem servir para unir o movimento estudantil à luta pela revolução proletária. O livre acesso, o governo tripartite, a real autonomia universitária e a soberania da assembleia geral universitária são meios que permitirão aos oprimidos caminharem para a transformação radical da universidade, arrancando-a da influência e controle da

burguesia.

A luta estudantil universitária, no momento atual, se encontra esfacelada. Tanto é que na eleição do DCE só houve uma chapa que a UJS (PCdoB) organizou a duras penas, pois eles se encontram desacreditados dentro do campus em função da corrupção de outras gestões em que estavam dirigindo o DCE. E também pela própria intervenção política que

privilegia os interesses aparelhistas e a defesa do governo PT/Lula e do prefeito do PT/Roberto Sobrinho. Os grupos de oposição são minoritários e apartidários, em sua maioria são dissidentes do PT, que se dizem do anarquismo. Esses grupos não conseguem alavancar uma verdadeira luta de oposição dentro da universidade por não possuírem um programa revolucionário.

Educação escolar e religião

Domingos Dissei, vereador do PFL, apresentou um projeto de lei que torna o ensino de religião obrigatório nas escolas municipais de São Paulo. O prefeito, também do PFL, sancionou a lei. Hipocritamente, explica-se que os pais decidirão se os seus filhos assistirão ou não as aulas de religião.

O vereador julga por todos que a “presença de Deus é importante para a vida da criança”. E baseia-se na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) para implantar a religião na rede escolar. Certamente, o objetivo é o de levar as crianças a acreditarem na criação do homem por Adão e Eva.

Os fundamentos científicos são substituídos por superstição. Foi exatamente nesse sentido que a governadora do Rio, Rosinha Matheus, incentivou a teoria do criacionismo contra as explicações do naturalista Charles Darwin (1809 a 1882), denominada de evolucionismo.

Em vários outros países, principalmente nos Estados Unidos, a reação obscurantista pretende a volta da religião como matéria protegida pelo Estado.

Não são as crianças que precisam de Deus, mas sim os exploradores que necessitam catequizar a mente jovem para a subserviência a um sistema social – o capitalismo – que reserva às massas e aos povos oprimidos a barbárie.

A posição do marxismo frente à religião

Reproduzimos um trecho de um artigo denominado “O Comunismo de O Observador Renano”, redigido em 1847, por Marx, e publicado na Gazeta Alemã de Bruxelas.

“Os princípios sociais do cristianismo tiveram até agora dezoito séculos para se desenvolverem e não precisam de um suplemento de desenvolvimento dos conselheiros ao consistório prussiano.

Os princípios sociais do cristianismo justificaram a escravidão antiga, abençoaram a servidão medieval e aprontam-se igualmente, se for preciso, para defender a opressão do proletariado, ainda que o façam com arinhos angustiados.

Os princípios sociais do cristianismo pregam a necessidade de uma classe dominante e de uma classe oprimida, e para oferecerem a esta têm apenas o piedoso voto de que a primeira queira mostrar-se caridosa.

Os princípios sociais do cristianismo colocam no céu a recompensa por todas essas infâmias de que fala o conselheiro, justificando assim a sua permanência nesta terra.

Os princípios sociais do cristianismo declaram que todas as vilanias dos opressores sobre os oprimidos são, ou o justo castigo do pecado original e dos outros pecados, ou as provas que o Senhor, na sua infinita sabedoria, inflige àqueles que resgatou.

Os princípios sociais do cristianismo pregam a covardia, o desprezo por si próprio, o aviltamento, a subserviência, a humildade, em suma todas as qualidades do canalha; o proletariado, que não quer deixar-se tratar como canalha, precisa de sua coragem, do sentimento de sua dignidade, do seu orgulho e do espírito de independência, muito mais ainda do que do seu pão.

Os princípios sociais do cristianismo são os princípios dos derrotados, e o proletariado é revolucionário”

(Karl Marx, Sobre a Religião)

.....

O extrato abaixo é uma passagem do artigo “O socialismo e a religião”, redigido por Wladimir Ilich Lênin, publicado em 1905.

“A religião deve ser declarada assunto privado: é costume expressar correntemente com essas palavras a atitude dos socialistas diante da religião. Mas é

preciso determinar com exatidão o significado destas palavras para que não se dê origem a nenhuma confusão. Reivindicamos que a religião seja um assunto privado em relação ao Estado, mas não podemos considerar de modo algum a religião um assunto privado em relação ao nosso próprio partido. O Estado não deve ter nada que ver com a religião, as associações religiosas não devem estar vinculadas ao poder do Estado. Toda pessoa deve ter plena liberdade de professar a religião que preferir ou de não reconhecer nenhuma, isto é, de ser ateu, como é habitualmente todo socialista. É absolutamente intolerável qualquer diferença de direito entre os cidadãos a depender de suas crenças religiosas. Nos documentos oficiais deve ser suprimida por completo inclusive a menor alusão a uma ou outra religião dos cidadãos. Não deve existir nenhuma contribuição do Estado à Igreja, nenhuma entrega de somas do Estado às associações eclesásticas e religiosas, que devem ser associações completamente livres, independentes do poder, de cidadãos unidos pela comunidade de crenças. Unicamente o cumprimento íntegro dessas reivindicações pode pôr fim ao vergonhoso e maldito passado, quando a Igreja se encontrava na dependência feudal do Estado, e os cidadãos russos se achavam na dependência feudal da Igreja oficial; quando existiam e se aplicavam leis medievais, inquisitoriais (existente até agora em nossos códigos e regulamentos penais), que perseguiram aqueles por sustentar determinadas crenças ou por não ter nenhuma, violentavam a consciência do homem e vinculavam os postos oficiais e os ingressos fiscais à repartição de um ou outro adormecedor eclesástico-estatal. Separação completa da Igreja e do Estado: tal é a reivindicação que apresenta o proletariado socialista ao Estado contemporâneo e à Igreja contemporânea.”

Metalúrgicos ABC

Cadê a luta unificada que a direção do sindicato informou que faria?

Em maio, quando a Volks apresentou seu plano de reestruturação envolvendo as plantas de Taubaté, Curitiba e Anchieta, o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Feijóo, em assembleia, informou que os sindicatos das três plantas não negociariam separadamente com a empresa e que fariam uma luta unificada contra o ataque da Volks. Segundo Feijóo, se a Volks demitisse em qualquer fábrica, todas parariam. Tudo conversa fiada. Nada disso aconteceu. Hoje, as direções pelegas dos três sindicatos estão negociando separadamente com a empresa.

A direção do sindicato de Taubaté faz acordo que permite a Volks demitir e retirar direitos

Depois de uma semana de negociação com a Volks, a direção do sindicato de Taubaté chegou a um acordo que permite à Volks demitir e retirar direitos dos trabalhadores. O acordo será apresentado aos trabalhadores dia 18 de julho, terça-feira.

Vejam alguns pontos do acordo: demissão de 700 trabalhadores até 2008; redução nos salários para novos contratados; criação do banco de horas; abertura de PDV com pagamento de 0,60% por ano trabalhado; aumento de 1% para 2% do plano médico; condomínio industrial (empresas terceiras fabricam e montam as peças para a Volks) etc.

Depois das negociações com a empresa, Isaac do Carmo, que é vice-presidente do sindicato de Taubaté, ainda teve a coragem de dizer que a proposta foi um avanço. Isaac declarou orgulhoso aos jornais: *"nós conseguimos que o número máximo de demissões que podem ocorrer é de 700 pessoas, mas só se houver investimento"*. Como vimos, o pelego fez um acordo que demite 700 trabalhadores e ainda diz que foi uma vitória. Sobre a promessa de novo investimento, é outra falácia. A empresa e os pelegos sempre utilizam esse argumento para criarem a ilusão nos trabalhadores de que aprovando o acordo teriam seus empregos garantidos. *Lembram do projeto TUPI?(Fox)*, Pois é, naquela época o sindicato trouxe até o Lula para defender o acordo, que dizia que o Fox exportação seria feito na planta Anchieta. O que aconteceu? A Volks terceirizou várias alas, reduziu salários, mandou 1993 trabalhadores para o CFE etc, e a maioria da produção do Fox exportação está sendo feita em Curitiba. Hoje, os pelegos da direção do sindicato se limitam a dizer apenas que a empresa não cumpriu o acordo. Traidores.

O acordo que será apresentado aos trabalhadores de Taubaté só demite e retira direitos. Na verdade se a empresa fizer um novo carro em Taubaté ela não irá contratar nenhum trabalhador, pois pelo próprio acordo o novo carro será feito por empresas terceirizadas (condomínio industrial).

Isaac falou ainda que o acordo está dentro do que foi discutido com os sindicalistas das outras montadoras. Sabem o que isso significa? Significa que os pelegos da direção do

sindicato, Feijóo, Alemão, Wagnão e toda chapa um, estão só esperando a direção sindical de Taubaté empurrar de goela abaixo dos trabalhadores o acordo que demite e retira direitos lá, para em seguida negociarem o mesmo acordo no ABC, na planta Anchieta.

Os trabalhadores devem rejeitar qualquer acordo negociado pela direção do sindicato que inclua demissão ou retirada de direitos.

Não se pode aceitar que a direção pelega e traidora do sindicato continue negociando demissão e a retirada de direitos.

A tarefa que está colocada aos trabalhadores é:

Primeiro: Rejeitar qualquer acordo negociado pela direção do sindicato que inclua demissão ou retirada de direitos.

Segundo: Expulsar da fábrica a direção do sindicato pelega e organizar em cada ala as comissões de trabalhadores classistas, independentes para organizar e defender a continuidade da luta por emprego a todos sem nenhuma retirada de direitos.

Nosso método de luta deve ser: ocupar a fábrica, todos os trabalhadores dentro da empresa, inclusive as famílias; fazer uma campanha de arrecadação em todas as fábricas para um fundo de greve, para que possamos alimentar nossas famílias enquanto durar nossa luta.

Nossa reivindicação deve ser: redução da jornada sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho); controle operário da produção. Se os patrões querem atacar nossos empregos, tomemos em nossas próprias mãos o controle da produção.

Terceiro: fazer uma campanha nas outras montadoras e autopeças para organizar a luta unificada contra as demissões: por uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC que aprove a luta em defesa de emprego e salários a todos.

Nossas reivindicações só serão conquistadas através de nossa própria luta. Na mesa de negociação os patrões irão sempre dizer que não é possível reduzir a jornada sem reduzir os salários para garantir empregos a todos, pois assim quebrariam. Nós dizemos: que quebrem, que morram os patrões parasitas e que vivam os trabalhadores e suas famílias.

ORIENTE MÉDIO

Conflitos no Líbano e palestina expõem a face violenta do imperialismo através de Israel

Israel intensificou os ataques aos palestinos alegando o seqüestro de um de seus soldados pelo Hamas. O Hezbollah (Líbano), que capturou mais dois soldados israelenses, como o Hamas (Palestina) exigem a troca dos soldados por prisioneiros. Israel, por sua vez, preferiu desfechar uma guerra contra o Líbano. Desde a semana passada, os conflitos entre Israel e Líbano aumentaram. Já são mais de 300 mortos e a destruição de aeroportos, pontes, rodovias e cidades e afetando o abastecimento de alimentos e água em vários pontos do Líbano.

Israel justifica a ação militar dizendo que a resistência libanesa do Hezbollah seqüestrou dois soldados e provocou a morte de outros na fronteira dos dois países. O fato é que iniciou uma repressão violenta aos libaneses, país de onde se retirou em 2000 e que ocupou por 18 anos, atacando vários pontos estratégicos das principais cidades, matando centenas de pessoas e obrigando cerca de 500 mil pessoas a fugirem para outras regiões.

Essa violenta repressão demonstra que as intenções de Israel não são de resgatar os soldados que estão em poder da resistência do Hamas (Palestina) e do Hezbollah (Líbano). Quer avançar cada vez mais na ocupação de territórios importantes para os países imperialistas e que lhe permitam uma certa expansão. Está aí o verdadeiro motivo da ofensiva sangrenta do Estado de Israel, capitaneado pelo primeiro-ministro Ehud Olmert, porta-voz dos interesses dos países imperialistas no Oriente Médio.

A ONU, intermediadora das negociações da burguesia imperialista, busca a conciliação com as lideranças do Líbano e da Palestina. Esta conciliação, aparentemente neutra, pretende impor a submissão dos países do Oriente Médio aos ditames do capital imperialista. Pois os conflitos atrapalham os negócios lucrativos das multinacionais instaladas nestes países, além de elevar o preço do petróleo. O interesse "humanitário" da ONU

é este: a manutenção da submissão e do saque imperialista.

Tudo indica que o massacre irá continuar. Até porque os Estados Unidos já se pronunciaram contra qualquer acordo com a resistência libanesa do Hezbollah, ou seja, avaliza a violência promovida por Israel e pouco está se importando com as inúmeras vítimas que são assassinadas todos os dias. Portanto, está claro o verdadeiro objetivo dos ataques: a submissão dos países do Oriente Médio aos interesses imperialistas.

As manifestações contra os ataques de Israel ainda são muito isoladas. Aqui no Brasil, em virtude da morte de sete brasileiros que estão no Líbano, foi organizado pelo Comitê de Solidariedade aos Povos Árabes, na praça da Sé, no dia 21 de julho, um ato exigindo o fim das ações violentas de Israel. No entanto, deixam de exigir a retirada imediata das tropas imperialistas de todo o Oriente Médio, ou seja, da Palestina, do Iraque, do Afeganistão. É preciso defender a bandeira a autodeterminação dos povos árabes. As grandes causadoras da destruição, dos assassinados e da opressão aos povos do Oriente Médio são os países imperialistas, não a resistência e suas ações "terroristas".

A resistência do Hamas, como a libanesa do Hezbollah, são reflexo do intervencionismo e da sede de espoliação dos recursos naturais (petróleo, gás, óleo, etc), instalação de empresas lucrativas em seus territórios e pela utilização de mão-de-obra barata dos países do Oriente Médio. Os seqüestros são uma forma da resistência. Essas ações estão pautadas pelo nacionalismo burguês, isto é, pela manutenção da propriedade privada.

Para que esta resistência se fortaleça e utilize o método correto de luta do proletariado contra seus exploradores, torna-se urgente a construção do partido revolucionário, que possa colocar em pé a bandeira da revolução proletária no Oriente Médio. Somente assim é possível varrer o imperialismo do Oriente Médio, destruir o capitalismo e colocar

abaixo a feudal-burguesia nacionalista, que também oprime o povo palestino e libanês.

A miserável posição do governo Lula

O chanceler Celso Amorim expôs a posição brasileira da seguinte maneira: o exército de Israel usou força desproporcional contra o Líbano e o Hezbollah deve parar os ataques a Israel e devolver os dois militares feitos reféns.

Por que se trata de uma posição miserável?

1)A questão não está simplesmente no uso "desproporcional" de força militar. A agressão de Israel caracteriza-se como uma ação colonialista e expansionista. A prepotência do estado judeu contra os libaneses sem recursos militares expressa a necessidade do sionismo manter subjugada a Palestina;

2)Celso Amorim não se refere ao principal responsável pela mortandade no Líbano e na Palestina, que são os Estados Unidos. A guerra de Israel contra o Líbano é parte da ofensiva do imperialismo norte-americano, que conta com a anuência da grande burguesia européia;

3)Condenar o Hezbollah e pedir o seu desarmamento significa submeter o Oriente Médio à aliança imperialista e ao seu instrumento que é o estado sionista.

Os trabalhadores brasileiros devem rejeitar e denunciar essa posição capituladora do governo brasileiro, que não faz senão seguir a orientação do imperialismo europeu. O proletariado internacional apóia a resistência libanesa e palestina contra o colonialismo.

A tarefa consiste no armamento geral das massas oprimidas no Oriente Médio. O imperialismo armado só será derrotado pela via revolucionária. Está aí a importância da construção do partido marxista-leninista-trotskista. O nacionalismo burguês ou pequeno-burguês não irá armar a população, pois teme a revolução popular. Ao contrário, o partido revolucionário se apóia inteiramente no poder das massas.